

PROEJA nos Institutos Federais (IFs): Reflexões sobre a realidade que envolve o IFPE

Jardiene Manuela Santos da Silva Azevedo¹

Christiane Maria Ribeiro de Oliveira²

Fabiola Nascimento dos Santos Paes³

Joelma Letícia Cruz de Lima Autor⁴

Resumo: Na esteira das demandas que emergem no âmbito da educação, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) surge com a finalidade de promover o acesso, permanência e êxito dos jovens e adultos no processo de escolarização e de formação profissional. Outrossim, os cursos do PROEJA ofertados nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPE), têm se caracterizado como um serviço valioso à inclusão dos estudantes que não tiveram acesso à escolarização na idade própria. Neste sentido, o presente artigo contribui para o debate a respeito do tema, ao traçar um breve histórico sobre o programa, abordar como ocorreu o processo de implementação nos Institutos Federais (IFs) do Brasil, e busca refletir sobre como as práticas do PROEJA no IFPE têm sido traduzidas nas publicações científicas.

Palavras-chave: PROEJA; Educação Profissional Científica e Tecnológica; Instituto Federal de Educação.

Abstract: Given the growing demands in the field of education, the National Program for the Integration of Vocational Education with Basic Education in the Youth and Adult Education Modality (PROEJA) was created to promote access, retention, and success of young people and adults in the schooling and vocational training process. Furthermore, PROEJA courses offered on the campuses of the Federal Institute of Education, Science, and Technology (IFPE) have proven to be a valuable service for the inclusion of students who did not have access to schooling at the appropriate age. In this sense, this article contributes to the debate on the topic by presenting a brief history of the program, addressing its implementation process in Brazilian Federal Institutes (IFs), and reflecting on how PROEJA practices at IFPE have been translated into scientific publications.

Keywords: PROEJA; Scientific and Technological Vocational Education; Federal Institute of Education.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o analfabetismo e o número de pessoas que não tiveram acesso à educação escolar na idade própria têm se consagrado como um problema de ordem nacional. De acordo com o Censo de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira totaliza 203.080.756

¹ IFPE - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco, E-mail: jardieneazevedo@gmail.com

² IFPE - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco, E-mail: christianeoliveira@recife.ifpe.edu.br

³ IFPE - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco, E-mail: fabiola.paes@gmail.com

⁴ IFPE - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco, E-mail: joelmalima@recife.ifpe.edu.br

habitantes. No indicador de alfabetização, considerando a população de 15 anos ou mais, registram-se 151.547.694 pessoas alfabetizadas e 11.403.801 não alfabetizadas. No indicador de educação (nível de instrução), na faixa etária de 18 anos ou mais, constam 49.352.917 pessoas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, e 23.796.066 com ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto. Este número, especificamente no que se refere ao do último indicador, evidencia que aproximadamente 1/3 (um terço) da população brasileira encontra-se sem escolarização ou em níveis baixos de escolaridade (IBGE, 2022).

A repercussão de indicadores como esses anuncia que a erradicação desta problemática constitui um forte desafio no contexto histórico-social do próprio país.

Até meados do século passado, o Brasil era considerado um país rural, cuja maior parte da população habitava o campo. Tal população tinha muita dificuldade de acesso à alfabetização, o que, em parte, contribuiu para que uma considerável parcela da população chegasse à idade adulta sem formação básica ou até mesmo totalmente analfabeta (Costa; Oliveira; Carvalho, 2021, p. 112).

É emergente a construção de políticas educacionais que incluam esse público, e mais do que isso, que possibilitem uma reinserção social por meio da qualificação profissional. Tendo isso em vista, e com a finalidade de promover a inclusão de jovens e adultos com trajetórias escolares não lineares, elevando seus níveis de escolaridade através da articulação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, instituiu-se, em âmbito nacional, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Diante de amplas discussões, “o governo federal instituiu o Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005, por meio do qual o PROEJA tornou-se um programa, inicialmente instituída sua obrigatoriedade apenas na Rede Federal de Educação (RFE)”. Posteriormente, a perspectiva do programa sofreu alterações com o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que traz em seu arcabouço uma ampliação da abrangência da oferta dos cursos e carga horária. A oferta do PROEJA se mantém na RFE, mas passa a ser possibilidade de os cursos ocorrerem vinculados a outras instituições públicas (Conrado, 2011, p.56).

Entre as diferentes instituições que ofertam os cursos, situam-se os Institutos Federais (IF's) do Brasil, dentre os quais se insere o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Neste último, o PROEJA fundamental tem se caracterizado como um serviço valioso à inclusão dos estudantes que não

tiveram acesso à escolarização na idade própria e que, concomitantemente, necessitam de uma habilitação para o ingresso no mundo do trabalho. Entretanto, o cenário que se apresenta no IFPE indica a necessidade de uma análise sobre as realidades que o envolve, a fim de que se adquira uma compreensão mais profunda sobre como este programa se traduz na prática, identificando possíveis lacunas e caminhos que as minimizem.

Ante o exposto e com o intuito de contribuir com as discussões sobre este tema, este artigo traça um breve histórico sobre o PROEJA, aborda sinteticamente como ocorreu o processo de implementação do programa nos IFs do Brasil, e por fim, propõe refletir sobre como as práticas do PROEJA no IFPE tem sido traduzidas nas publicações científicas.

PROEJA: BREVE HISTÓRICO

No Brasil, diante das mudanças sociais, políticas e educacionais inferidas ao longo das últimas décadas, tem-se instituído um crescente debate no âmbito da educação sobre a relevância de se construir políticas públicas perenes nessa esfera, com vistas a integrar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) à Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Duas questões centrais norteiam este cenário: as lacunas presentes nos processos formativos de pessoas que não tiveram acesso à educação ou que não concluíram a escolarização na idade própria, e a necessidade de que esses mesmos indivíduos, além do acesso à aprendizagem, tornem-se qualificados para o mundo do trabalho (Ferreira; Rocha, 2024).

Na esteira dessas demandas, e a fim de promover o acesso, permanência e êxito dos jovens e adultos no processo de escolarização e de formação técnica profissional, o Decreto nº. 5.478, de 24 de junho de 2005, institui o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O PROEJA surge com a responsabilidade de propiciar ao seu público as condições necessárias para o pleno e efetivo exercício da cidadania, através do fundamento de integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura (Brasil, 2005; 2006; Gomes; Freitas; Marinho, 2022).

Nesse sentido, o que realmente se pretende a partir do PROEJA é formar humanamente, possibilitando aos estudantes o acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos, tecnológicos e integrando-os à qualificação profissional,

por meio da qual o estudante poderá construir uma cosmovisão e atuar no mundo de forma consciente em busca de transformação de suas realidades e construção de uma sociedade mais justa. “A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele” (Brasil, 2007, p. 13).

A princípio, a proposta se dava em torno da oferta do atendimento aos jovens e adultos na EPT de nível médio, apenas em instituições federais. Em 2006, entra em cena o Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006, que no segundo parágrafo do Art. 1º discrimina que:

Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados: I- ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores (Brasil, 2006, Art. 1º).

De acordo com Costa, Oliveira e Carvalho (2021), inicialmente, o pilar de sustentação do programa foi a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCT). Nesse âmbito, eram/são ofertados cursos técnicos de nível médio na modalidade integrada, nos quais os estudantes realizavam concomitantemente a formação básica e técnica numa mesma instituição. Após, o programa foi revisto em suas características e teve sua oferta ampliada com a publicação do decreto de nº. 5.840, sendo, a partir de então, a denominar-se Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

A partir dessa alteração, o PROEJA passa a contemplar as seguintes modalidades: a) Educação profissional técnica integrada ao ensino médio; b) Educação profissional técnica concomitante ao ensino médio; c) Qualificação profissional, incluindo a formação inicial e continuada integrada ao ensino fundamental; d) Qualificação profissional, incluindo a formação inicial e continuada concomitante ao ensino fundamental; e) Qualificação profissional, incluindo a formação inicial e continuada integrada ao ensino médio; f) Qualificação profissional, incluindo a formação inicial e continuada concomitante ao ensino médio. Nesse contexto, o atendimento ao público também se materializa através do programa Mulheres Mil ofertado em instituições da Rede federal, Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM Urbano) e Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Certific). (Ministério da Educação e Cultura, 2018, s.p.).

A RFEPCT continua sendo o núcleo principal das ações, mas outras redes - estaduais, municipais, ou mesmo entidades privadas, nacionais, e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical - passaram a integrar o programa (Brasil, 2006; Costa; Oliveira; Carvalho, 2021).

IMPLEMENTAÇÃO DO PROEJA NOS INSTITUTOS FEDERAIS (IFs) DO BRASIL: UM OLHAR PRELIMINAR PARA O IFPE

No compasso das transformações vivenciadas no âmbito da educação, a Rede Federal de Educação Profissional surge aproximadamente no início do século passado. Os primeiros espaços escolares foram os de Aprendizes Artífices, que em meados da década de 1940 foram substituídos pelos Liceus Industriais. Precisamente em 1959, as Escolas Industriais se classificam como autarquias e passam a ser chamadas de Escolas Técnicas Federais. Todavia, a partir de 1978, algumas escolas se tornaram Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). A rede federal foi tomando forma e se consolidando no cenário nacional da educação, no entanto, sua configuração e abrangência até o surgimento dos CEFETs se mostrava muito restrita, o que implicava diretamente na oferta reduzida das vagas (Costa; Oliveira; Carvalho, 2021)

Através da lei 11.892/2008, são criados os Institutos Federais de Educação IFs, com a finalidade de ofertar uma educação cidadã nas diferentes modalidades, através do diálogo entre estas e os diferentes níveis de ensino. A criação dos Institutos Federais está inserida no conjunto de ações do Ministério da Educação, que previa um maior alcance territorial, que permitisse aos diferentes grupos sociais acesso a um processo formativo inclusivo. Esse cenário se materializa por meio do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e se ampara na perspectiva de interiorização das instituições federais em território nacional (Nobile, 2022).

Ante o exposto, a referida autora caracteriza a trajetória do PROEJA nos IFs a partir de quatro momentos. No primeiro momento, definido pela autora como o período de formulação da oferta entre 2005 e 2006, é onde realiza-se uma adequação da legislação e se iniciam os processos de implantação do programa nos IFs. Durante aproximadamente um ano e um mês do Decreto nº. 5.478, de 24 de junho de 2005, até o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, características, foram revistas e os

equivocos conceituais superados. Muitos foram os esforços e investimentos que fomentaram as ações de apoio à implementação do PROEJA, e neste âmbito, a SETEC/MEC assumiu um papel crucial. Destaca-se a inserção do Programa entre os projetos prioritários com auxílio político e financeiro, e a oferta de formação continuada aos profissionais na RFEPCT. Tais ações repercutiram muito positivamente, representando um aumento no número de matrículas (Nobile, 2022).

Essa frente se consolida ainda mais, quando entre 2009 e 2011, no momento II, com ações governamentais de fomento, identificou-se que gradualmente ocorria um aumento das matrículas anuais nos sistemas federais. Esse foi um período importante, no entanto, ainda neste momento, em função da descontinuidade administrativa, as ações de fomento realizadas pela SETEC/MEC não foram desenvolvidas sistematicamente. Notadamente, no momento III, vivenciado entre 2012 e 2018, observou-se, a nível dos censos escolares, um enfraquecimento na expansão das matrículas anuais, o decréscimo se deu, entre outras razões, pelas condições de pessoal, infraestrutura e financiamento. Contudo, no momento IV demarcado pelo período de 2019 a 2020, houve um aumento de 21,5% no número de matrículas em comparação a 2018, e assim se manteve até 2020. Este cenário contribuiu muito significativamente para que os 38 Institutos Federais de Educação pudessem repensar suas realidades e ações para ofertas dos cursos do PROEJA (Nobile, 2022).

De forma geral, o processo de ampliação das vagas no PROEJA continua sendo alvo do planejamento dos IFs e representa o compromisso no que diz respeito à oferta da formação profissional e educação básica aos jovens e adultos que não tiveram acesso aos processos de escolarização. Neste ínterim, apesar da oferta do PROEJA nos níveis fundamental e médio ter sido preconizada em 2006, apenas em 2021 que institui-se, através da portaria nº 962. “o Programa da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - EJA Integrada - EPT, estabelecendo as devidas orientações, critérios e procedimentos para concessão de recursos financeiros às instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com o objetivo de fomentar a Educação de Jovens e Adultos - EJA de forma integrada à formação profissional e garantir o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação - PNE, especialmente a meta 10” que estabelece o alcance e ampliação em 25% da oferta da Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional (Brasil, 2021, art 1º).

Dito isso, o PROEJA nos Institutos Federais do Brasil surge então, como um veículo que possibilitará aos estudantes a oportunidade de reinserção social no sistema escolar, através de acesso à aprendizagem, à formação e habilitação profissional técnica. Entre o público desse programa, estão jovens e adultos excluídos da educação básica, normalmente pobres de renda, e que por diferentes motivos foram conduzidos ao abandono escolar. Geralmente se caracterizam por sua baixa escolaridade, sem o ensino fundamental e/ou médio, ou por sua incompletude (Bitencourt et al, 2024).

Nesse âmbito, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), que oferece uma proposta de ensino verticalizado, articulando, num só lugar, 78 (setenta e oito) cursos, desde o Ensino Médio/Técnico à pós-graduação, também oferta cursos de qualificação profissional PROEJA, tanto os integrados ao ensino Médio, quanto os de nível fundamental. Essa oferta ocorre de forma articulada e concomitante, onde há integração do conteúdo, através de convênio, ou acordo de intercomplementaridade estabelecidos com diferentes instituições educacionais (Portal IFPE, 2024).

Atualmente, são ofertados em diferentes campi do IFPE, um total de 21 (vinte e um) cursos PROEJA integrados ao ensino médio, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Cursos PROEJA integrados ao Ensino Médio oferecidos no IFPE

Cursos ofertados	Campus Ofertante
1. Agricultor Familiar	Barreiros
2. Agente de Informações Turísticas	Cabo de Santo Agostinho
3. Agente de Inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso à Internet	Paulista e Palmares
4. Agente de Observação de Segurança na Indústria	Recife
5. Almojarife	Cabo de Santo Agostinho e Igarassu
6. Almojarife de Obras	Caruaru
7. Assistente Administrativo	Paulista e Palmares

ScientiaTec

8. Auxiliar Administrativo	Pesqueira
9. Auxiliar de Gestão, Segurança Meio Ambiente e Saúde no Trabalho	Pesqueira
10. Auxiliar de Técnico em Agropecuária	Barreiros
11. Auxiliar de Fiscalização Ambiental	Garanhuns
12. Bombeiro Civil	Caruaru
13. Cuidador de Idoso	Abreu e Lima
14. Editor de Maquetes Eletrônica	Olinda
15. Eletricista Instalador Predial	Recife
16. Manutenção e Suporte informática	Vitória
17. Operador de Computador	Barreiros, Garanhuns, Igarassu, Paulista e Palmares
18. Operador Industrial de Alimentos	Belo Jardim
19. Operador de Processamento de Frutas e Hortaliças	Barreiros
20. Panificação e Confeitaria	Afogados da Ingazeira
21. Suporte e Manutenção de Computadores	Afogados da Ingazeira

Fonte: Portal IFPE (2024)

Além dos cursos supracitados, são ofertados em nível PROEJA fundamental, cursos de: Operador de Computador (Palmares), Almoxarife (Igarassu), Salgadeira (Afogados da Ingazeira), Eletricista de Sistema de Energia Renovável (Garanhuns), Almoxarife (Cabo de Santo Agostinho), Microempreendedor Individual (Barreiros), Bombeiro Civil (Vitória de Santo Antão) e o de Microempreendedor Individual (Caruaru) (Portal IFPE, 2024).

Ao olhar o quadro apresentado anteriormente, pelo número de cursos ofertados, pode-se criar um entendimento de que o funcionamento do PROEJA no

IFPE encontra-se numa situação ideal, entretanto, desde a implantação e implementação do programa, a instituição tem enfrentado muitos desafios.

Sendo assim, a partir do panorama aqui apresentado, e para contribuir com o debate, este trabalho investigou como ocorreu o processo de implementação do PROEJA nos Institutos Federais, mapeando, através de publicações científicas, como as práticas do PROEJA no IFPE se traduzem na realidade.

METODOLOGIA

A natureza empírica da pesquisa se insere numa abordagem qualitativa. De acordo com Minayo (1998, p.21), consiste em pesquisar *in loco* situações particulares, atentando para as dimensões subjetivas que envolvem o fenômeno estudado, por trabalhar com um “universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos”.

A opção metodológica também assume características de uma revisão bibliográfica exploratória que tem como “finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento” e aproximando o pesquisador do material escrito sobre o tema (Prodanov; Freitas, 2013, p. 51).

Nesta direção, com o objetivo de mapear como se materializam as práticas do PROEJA na realidade do IFPE e observando o recorte temporal de 2015 a 2024, foi realizado um levantamento dos estudos presentes na literatura nacional e que tratam sobre a temática. Elegeu-se como descritores para a busca: EPT, Proeja e IFPE.

Em virtude do amplo alcance de domínios da internet, no que tange à variedade dos trabalhos acadêmicos publicados, o corpus da pesquisa foi construído por meio de buscas avançadas no Google Scholar [<https://scholar.google.com>] e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) [<https://btdt.ibict.br/vufind/>], conforme resultados descritos no quadro 2 abaixo:

Quadro 2: Detalhamento das buscas e resultados obtidos através do Google Scholar e da BDTD

Fontes de Informação	Descritores	Campos de Pesquisa	Filtros Aplicados	Resultados
Google Scholar	PROEJA + IFPE	Encontrar artigos com todas as palavras;	Publicação no período específico de 2015 a 2024;	292

		Encontrar artigos com Data;		
BDTD	PROEJA + IFPE	Encontrar em todos os Campos;	Ano de publicação: 2015-2024;	7
Total	299 publicações			

Fonte: Elaborado pelas autoras

Inicialmente, o levantamento nas bases de dados realizado através dos descritores resultou em um total de 299 trabalhos publicados. Ao apreciar o título e resumo de cada um dos trabalhos, foram excluídos os trabalhos repetidos, os de revisão, e mantidos apenas os que se relacionam com a temática do PROEJA no IFPE, gerando um total de 7 publicações. Dessa maneira, entre os considerados elegíveis para análise, encontram-se trabalhos de conclusão de cursos de graduação e de pós-graduação, conforme apresentado no quadro a seguir.

Quadro 3: Corpus de dados

Ano	Autor	Título	Palavras Chaves	Tipo de Trabalho
2019	LIMA, Elda Maria de	Prática curricular de geografia na educação de jovens e adultos do IFPE: na modalidade PROEJA no Campus Recife e Campus Cabo de Santo Agostinho	Ensino de Geografia. PROEJA. Identidade na EJA	TCC (Curso de Licenciatura em Geografia) – Instituto Federal de Pernambuco.
2021	LIMA. Fernando Augusto Semente; CAVALCANTE, Atacy Maciel de Melo; VASCONCELOS, Rosa Maria	A aluna-trabalhadora no âmbito do PROEJA: entre limites e possibilidades	Dificuldade. Educação. Gênero. Trabalho.	Artigo - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Diretoria de Ensino a Distância.

	Oliveira Teixeira.			
202 2	CAVALCANTI, Giselli Kézia Oliveira.	Prática curricular docente no PROEJA/FIC: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para a formação omnilateral	PROEJA. Ensino Integrado. Pedagogia Histórico-Crítica. Formação Omnilateral.	Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Olinda. ProfEPT/IFPE.
202 2	FREITAS, Tatiana Lira de.	As percepções de estudantes da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (PROEJA) sobre a inclusão digital ao longo da formação	Proeja. Inclusão digital. Tecnologias digitais da informação e comunicação. Percepções de estudantes; mundo do trabalho.	Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Olinda. ProfEPT/IFPE.
202 2	SILVA, Edlamir Coelho da.	Estudantes mães: identidades no PROEJA.	Estudantes mães. Identidades. Mulheres. Narrativas. PROEJA.	Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Olinda. ProfEPT/IFPE.
202 3	OLIVEIRA, Ana Laura Barbosa de.	Práticas de letramento no PROEJA Mulheres: o uso de gêneros textuais como contribuição para o desenvolvimento da aprendizagem dos discentes.	Práticas de Letramento Gêneros Textuais; PROEJA; PROFEPT	Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Olinda. ProfEPT/IFPE.
202 3	SILVA, Gerlangi da Conceição.	Concepções de Currículo Integrado nas	Currículo integrado. PROEJA. Práticas curriculares	Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de

		práticas curriculares do PROEJA.	integradoras. Educação profissional e tecnológica. Educação de jovens e adultos.	Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, Campus Olinda. ProfEPT/IFPE.
--	--	----------------------------------	--	---

Fonte: Elaborado pelas autoras

As publicações apresentadas no quadro anterior foram organizadas considerando o ano, o autor, o título, o resumo e as palavras chave. Entretanto, com a finalidade de apresentar o contexto que as envolve, seguiremos na próxima seção apresentando uma caracterização de cada publicação de acordo com os objetivos, o delineamento metodológico e os principais resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nos trabalhos elegidos para esta análise, a realidade que envolve o PROEJA no IFPE se traduz por meio de diferentes perspectivas, e se apresenta através de objetos de estudos também distintos.

Lima (2019), por exemplo, desenvolveu uma pesquisa relevante cujo objeto de estudo se deu em torno das práticas curriculares de Geografia na EJA do IFPE a partir das realidades vivenciadas no PROEJA nos campi Recife e Cabo de Santo Agostinho. Considerando que o PROEJA situa-se no centro das Políticas Educacionais, buscou-se analisar a prática curricular do ensino de Geografia na modalidade PROEJA através de um estudo teórico acerca da concepção de currículo, do exame dos critérios utilizados para a seleção e organização dos conteúdos escolares e realizou-se um levantamento da trajetória de vida dos estudantes da EJA, a partir do conceito de identidade considerando os níveis pessoal, social e profissional. Além disso, procurou-se evidenciar a compreensão desses estudantes acerca dos conceitos de Geografia.

Os resultados provocam uma reflexão pertinente sobre ensino e aprendizagem dos conteúdos geográficos, e validam a importância do funcionamento do PROEJA no IFPE, especialmente quando pensado sob a perspectiva da necessidade de práticas curriculares próprias que alinhem e articulem os saberes à formação técnica e profissional, e às experiências de seu público. A pesquisa ainda legitima a relevância de fortalecer as políticas educacionais de inclusão para jovens e adultos

que não acessaram a escolarização na idade própria, como forma de diminuir a desigualdade social (Lima, 2019).

Na mesma lógica de estudo, no que se refere à figura da mulher no âmbito do PROEJA, Lima, Cavalcante e Vasconcelos (2021) procuraram descrever e compreender as possibilidades e desafios identificados nas trajetórias das estudantes do PROEJA do curso de Assistente Administrativo do IFPE, Campus Paulista. O foco da investigação se deu em torno da conciliação das atividades acadêmicas com o trabalho desenvolvido por elas. Para tanto, os autores realizaram aplicação de questionários digitais junto às estudantes egressas dos anos de 2018 a 2021.

A partir da caracterização dos perfis das estudantes, observando estas no PROEJA, e através da análise das questões relativas à conciliação entre os papéis de trabalhadora e estudante são evidenciados os limites presentes na trajetória educacional, todavia, a vivência no PROEJA é transcrita como uma experiência positiva (Lima; Cavalcante; Vasconcelos, 2021).

Cavalcanti (2022), por outro lado, apresenta um estudo que se aproxima do de Lima (2009) por ter como objeto as práticas curriculares no PROEJA no âmbito dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). No trabalho intitulado *Prática Curricular Docente no PROEJA/FIC: Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para a Formação Omnilateral*, objetivou-se analisar a concepção de integração que orienta a prática curricular docente e sua relação com a formação omnilateral, a partir dos princípios da Pedagogia Histórico-Crítica. O universo da pesquisa contemplou um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) e uma Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) da rede estadual de Pernambuco, que atuam em regime de parceria na oferta de cursos FIC pelo PROEJA.

Caracterizada como pesquisa qualitativa, como instrumento de coleta de dados, utilizou questionários e entrevistas semiestruturadas aplicadas junto aos docentes. Os dados apontaram para um desconhecimento sobre a articulação entre o PROEJA, a Educação Profissional e a Educação Básica. Além disso, a integração em contexto é compreendida sob uma ótica assistencialista, em que a formação omnilateral não é privilegiada. De todo modo, com o entendimento sobre o fundante papel da aprendizagem dos conteúdos como determinante do desenvolvimento dos estudantes, alguns discursos se aproximavam de uma prática orientada pela perspectiva da omnilateralidade (Cavalcanti, 2022).

Enquanto isso, num viés diferenciado dos estudos apresentados até aqui, Freitas (2022) investigou a inclusão digital ao longo dos processos formativos, a partir das percepções de estudantes da Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (PROEJA). Com o objetivo de compreender as percepções dos estudantes da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional e tecnológica sobre a inclusão digital ao longo da formação técnica de nível médio, a autora realizou um levantamento sobre o perfil dos estudantes quanto aos seus percursos formativos, e procurou tanto perceber como se dava o acesso e uso das TDICs, durante a formação, como identificar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes. Foi realizada entrevista semiestruturada e aplicação do questionário com os estudantes do curso Técnico de Refrigeração e Climatização (Integrado – Proeja), ofertado pelo IFPE – Campus Recife.

Os resultados revelaram um caráter tradicional e tecnicista da formação destinada aos estudantes da EJA integrada à EPT (Proeja) e verificou-se que os docentes não fazem uso da tecnologia em suas práticas. Sobre os estudantes, foi possível compreender que o ensino técnico de nível médio na modalidade EJA integrada à EPT não favorece a inclusão digital ao longo da formação, posto que a formação tecnicista causa prejuízos à integração das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem (Freitas, 2022, p. 82).

No mesmo ano, Silva (2022) desenvolveu em sua dissertação de mestrado uma pesquisa sobre mulheres mães e suas identidades no PROEJA. A partir do conhecimento do perfil socioeconômico, familiar e escolar das estudantes do PROEJA do IFPE do Campus Paulista, bem como de uma reflexão sobre as contribuições do PROEJA Mulheres para a construção identitária das estudantes mães, o trabalho teve como objetivo principal compreender a construção da identidade das estudantes mães no PROEJA Mulheres do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), do Campus Paulista.

Caracterizando-se como pesquisa qualitativa, por meio dos dados coletados, foi possível identificar que algumas estudantes tiveram suas trajetórias escolares marcadas pelo abandono dos estudos em por conta de motivos relacionados a gravidez, ao casamento ou ao trabalho. Por sua vez, o PROEJA Mulheres, enquanto política pública, garantiu o direito à educação e promoveu a reconstrução de suas identidades (Silva, 2022).

No ano seguinte, tivemos produções como as de Oliveira (2023), que investigou as práticas de letramento no PROEJA Mulheres observando o uso de gêneros textuais como contribuição para o desenvolvimento da aprendizagem dos discentes. Buscou-se uma compreensão de como as práticas de letramento estão sendo vivenciadas nas salas do PROEJA. Para tanto, apoiaram-se na prática para o êxito dos discentes em atividades envolvendo leitura crítica. Também caracterizada como qualitativa, os dados obtidos por meio da pesquisa, entre os principais resultados, a autora constatou a relevância das atividades de leitura e escrita no PROEJA em contextos de utilização da língua.

Ainda em 2023, Silva desenvolve um trabalho importantíssimo sobre as concepções de currículo integrado nas práticas curriculares do Proeja a fim de chegar à compreensão sobre as concepções de currículo integrado nas práticas curriculares do Curso Técnico em Refrigeração e Climatização na modalidade Integrado PROEJA, do IFPE- Campus Recife. Foi realizada uma pesquisa exploratória e aplicação de um questionário com vinte e um professores, e entrevista semiestruturada com um coordenador e uma pedagoga. Os resultados obtidos revelaram a ênfase na formação instrumental para o mundo de trabalho, e que as práticas pedagógicas não têm promovido a materialização dos princípios do currículo integrado na prática. Concluiu-se que as práticas desenvolvidas nos cursos se distanciam da proposta da formação humana integral, pois não contemplam a integralização curricular.

O panorama dos trabalhos analisados indica que a investigação sobre a realidade do PROEJA nos Institutos Federais, mais especificamente no Instituto Federal de Pernambuco, ainda é pouco abordada e não tem sido objeto de amplo debate e estudo. Esse cenário se materializa claramente pela incipiente produção realizada em um período de aproximadamente 120 meses. A concentração dos pesquisadores localiza-se principalmente na região nordeste, e a maioria dos trabalhos foi produzida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, Científica e Tecnológica (PROFEPT). De outro modo, as fontes de informações consultadas para a realização deste trabalho resultaram em apenas dois trabalhos que não estão vinculados ao PROFEPT.

Outrossim, as publicações existentes expressam pontos importantes sobre como as práticas do PROEJA no IFPE têm sido traduzidas nas publicações científicas, com ênfase ora nas práticas curriculares (Lima, 2019; Cavalcanti, 2022; Silva, 2023)

quanto nas vivências de estudantes mulheres (Lima; Cavalcante; Vasconcelos, 2021; Silva, 2022; Oliveira, 2023) e inclusão digital (Freitas, 2022).

Os resultados convergem para questões centrais, que ao longo da história da educação destinada a estudantes jovens e adultos vêm sendo discutidas, e que são motivo de preocupação nas instituições. Entre essas, no âmbito da EJA/EPT, as práticas curriculares se tornam centrais, afinal, o alinhamento do conteúdo curricular com uma formação omnilateral não apenas dará conta das necessidades cognitivas dos estudantes, mas tende a contemplar suas múltiplas dimensões, promovendo uma aprendizagem significativa e dando-lhes subsídios para superar desafios e transformar suas realidades.

Nessa lógica, Lima (2019) traz uma reflexão muito pertinente, ao discutir sobre os desafios que se originaram junto à implementação do PROEJA no IFPE. Entre os principais, destaca-se a necessidade de reformulação dos objetivos, dos conteúdos e das metodologias. Para a referida autora, uma maneira de minimizar tais desafios é repensar as práticas curriculares. Cavalcanti (2022) também afirma a necessidade de refletir sobre as práticas curriculares no âmbito do PROEJA, especialmente se essa maneira de pensar considerar uma formação para a inclusão no mundo do trabalho. O PROEJA atende um público peculiar, que em sua maioria caracteriza-se por trabalhadores e trabalhadoras que trazem consigo saberes experienciais. Desenvolver uma prática conectada a essas vivências conduz os estudantes à compreensão da realidade social, política, econômica e cultural, e à identificação das contradições que envolvem a sociedade.

Outra questão pertinente nos trabalhos analisados refere-se ao lugar das mulheres, sendo mães ou não, nos espaços-tempo do PROEJA. Essa discussão aparece de forma evidente nos trabalhos de Lima, Cavalcante e Vasconcelos (2021), Silva (2022) e Oliveira (2023). A discussão em torno dos aspectos que envolvem categorias como identidade, educação e trabalho, suscita a necessidade de que cada vez mais se amplie esse debate. Não raro, as estudantes regularmente matriculadas precisam conciliar as atividades de trabalho (em casa e fora de casa) com os cuidados dos filhos (para as mães) e ainda as atividades acadêmicas. Tais condições repercutem em limites que interferem na trajetória acadêmica, no entanto, apesar dos entraves e desafios, cada um dos trabalhos faz transparecer que o PROEJA tem sido de grande importância para as mulheres que atendem, especialmente no que se refere à reintegração ao ambiente escolar e inclusão social.

Infere-se, portanto, que o PROEJA no Instituto Federal de Pernambuco tem sido um veículo que possibilita aos estudantes a oportunidade de reinserção social no sistema escolar, através de acesso à aprendizagem, também ao mundo do trabalho através da formação e habilitação profissional técnica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho investigou como as práticas do PROEJA no IFPE têm sido traduzidas nas publicações científicas. A literatura levantada indicou que a realidade que permeia o programa no âmbito da instituição apresenta desafios, desde sua implantação até sua efetivação. Tais dificuldades vão ao encontro da estruturação dos cursos ofertados, da dinâmica pedagógica (objetivos, metodologias, práticas, didática...) e das questões externas que envolvem cada um dos estudantes (realidade socioeconômica).

Apesar da limitação deste trabalho residir apenas na análise das produções acadêmicas - Trabalhos de conclusão de cursos e Dissertações de Mestrado - nota-se através de cada trabalho analisado, que a maneira como tem sido conduzido o PROEJA no IFPE tem tido efeitos positivos sobre as realidades dos estudantes. A instituição está empenhada em cumprir sua missão no que se refere à execução do PROEJA, quando demonstra preocupação com as práticas que vêm sendo desenvolvidas, e de que forma essas efetivamente têm contribuído para a formação omnilateral daqueles que não tiveram acesso à escolarização na idade própria.

Este é um caminho que está sendo construído a passos lentos, assim é possível concluir que ajustes são necessários com vistas a qualificar ainda mais as práticas a serem desenvolvidas no programa. No mais, como desdobramento do presente trabalho, considera-se de extrema relevância que os trabalhos futuros ampliem ainda mais as reflexões aqui suscitadas, através de pesquisas em outras fontes e que tenham outros objetos de estudo e até mesmo que sigam outros percursos metodológicos, a fim de verificar como o PROEJA do IFPE se aplica nos diversos cursos e campi.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Nadir de Fátima Borges et al. Educação para todos: o PROEJA como agente de transformação e inclusão social. In: SEMIEDU. **Formação de professores em foco: desafios e perspectivas**. 32. ed., 2024, Mato Grosso. Anais [...]. Mato Grosso: UFMT, 2024. s.p.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 1, 30 dez. 2008.

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui o PROEJA no âmbito federal. **Diário Oficial da União**, p. 7, 14 jul. 2006.

BRASIL. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui o PROEJA no âmbito das instituições federais de educação tecnológica. **Diário Oficial da União**, p. 4, 27 jun. 2005.

BRASIL. Portaria nº 962, de 1º de dezembro de 2021. Institui o Programa EJA Integrada à EPT. **Diário Oficial da União**: seção 1, p. 83, 2 dez. 2021.

CAVALCANTI, Giselli Kézia Oliveira. Prática curricular docente no PROEJA/FIC: contribuições da pedagogia histórico-crítica para a formação omnilateral. 2022. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Campus Olinda, 2022.

CONRADO, Maria Rosely. Organização curricular do PROEJA no IFPE Campus Recife: concepções dos professores dos cursos de eletrotécnica (2006–2010). 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

COSTA, Igor de Oliveira; OLIVEIRA, João Leandro Cássio; CARVALHO, João Francisco Sarno. O PROEJA e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o caso do IFNMG. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 54, 2021.

FERREIRA, Aurélio Secundo; ROCHA, Gabriel Kafure. O PROEJA em institutos federais: uma análise das possibilidades, desafios e perspectivas. **Criar Educação**, Criciúma, v. 13, n. 1, jan./jun. 2024.

FREITAS, Tatiana Lira. As percepções de estudantes da EJA integrada à EPT (PROEJA) sobre a inclusão digital. 2023. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Campus Olinda, 2023.

GOMES, Maria de Fátima Feitosa Amorim; FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz; MARINHO, Paulo. Estudantes do PROEJA: de percursos negados a outras possibilidades. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 38, e82026, 2022.

IBGE. Censo demográfico 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao.html>. Acesso em: 22 abr. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE). Portal do IFPE: cursos. 2025. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/ensino/cursos/>. Acesso em: 22 abr. 2025.

LIMA, Elda Maria. Prática curricular de geografia na educação de jovens e adultos na modalidade PROEJA. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Instituto Federal de Pernambuco, 2019.

LIMA, Fernando Augusto Semente; CAVALCANTE, Atacy Maciel de Melo; VASCONCELOS, Rosa Maria Oliveira Teixeira. A aluna-trabalhadora no âmbito do PROEJA: entre limites e possibilidades. 2021. Artigo – Instituto Federal de Pernambuco, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

NÓBILE, Vânia do Carmo. A trajetória do PROEJA EMI nos Institutos Federais (2005–2020). 2022. Tese (Doutorado) – Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

OLIVEIRA, Ana Laura Barbosa. Práticas de letramento no PROEJA Mulheres. 2023. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Campus Olinda, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade EJA (PROEJA). Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/proeja>. Acesso em: 22 abr. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, Edlamir Coelho. Estudantes mães: identidades no PROEJA. 2022. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Campus Olinda, 2022.

SILVA, Gerlangi da Conceição. Concepções de currículo integrado nas práticas curriculares do PROEJA. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Campus Olinda, [s.d.].